

O perigo da decepção

Audácia — “audácia, ainda audácia, sempre audácia”, proclamava Danton na Assembléia Nacional — com que o ministro Adib Jatene investe contra todos quantos se colocam contra a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) acabará tornando ostensiva, mais que o trabalho de qualquer repórter indiscreto, a desarmonia que reina no Executivo em torno do assunto. Agora, por exemplo, é o presidente do Banco Central quem endossa os argumentos daqueles que se opõem à criação da CMF em depoimento prestado quinta-feira passada à Comissão de Defesa do Consumidor. O presidente do Banco Central admitiu ter-se oposto à criação da CMF, por considerá-la capaz de aumentar os custos da economia, sendo portanto fator inflacionário, que gostaria que, se criada, fosse provisória até a votação da reforma tributária. Já antes dele, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Francisco Lopes, se havia manifestado contra a criação desse novo tributo ou contribuição. Nenhum deles, ao que se saiba, pertence ao círculo dos apostrofados pelo ministro. Têm em comum uma coisa: pertencem ao Banco Central e podem, por isso, ser confundidos com banqueiros — confusão, aliás, sacramentada por deputado que falou nas “agências do Banco Central”... A referência aos “banqueiros” vem a propósito do novo moinho de vento contra o qual o ministro Jatene resolveu investir: os bancos.

Esses, especialmente sua federação, estariam entre os que se opõem à criação da CMF. Ao acometer a Febraban, S. Exa. cometeu um pequeno deslize, demonstrativo de que nem todas as coisas que a imprensa publica são de seu conhecimento. O ministro disse não saber de nenhum banco em dificuldades — justamente na semana em que o noticiário sobre a sorte do Banco Econômico se avolumou e no dia em que se divulgou que o Banco Central exigia do Econômico um pagamento no valor de R\$ 250 milhões como início de acerto de contas...

O ministro ataca agora em duas novas frentes: a primeira é que “os 20% dos brasileiros que formam a elite econômica e detêm 70% das riquezas do País precisam entender que chegou a hora de ajudar os que precisam”. A segunda é que as pessoas emitem opiniões a respeito daquilo que não entendem, como ele, por exemplo, pode falar de satélites o quanto quiser. O conhecimento da situação da saúde pública vem do “contato com a população que está sofrendo”. Quanto a esta incursão pelo campo da teoria do conhecimento, parece-nos mera opinião, pois, então, todas as vezes que se escreveu que as verbas para a Saúde eram insuficientes, que o que se paga aos hospitais é



ridículo e convida à fraude, que se deve fazer medicina preventiva etc., tudo isso foi sem valor, pois não havia o contato com a população carente. Entretanto, foram opiniões que pesaram e ajudaram a pavimentar o caminho para que, durante a gestão dele à frente do ministério no governo Collor de Mello, o professor Jatene pudesse ver com satisfação o Supremo Tribunal Federal reconhecer a constitucionalidade da Cofins. Já no que se refere à primeira frente, convém meditar um pouco sobre o conteúdo da afirmação.

Se se tomasse ao pé da letra o que o ministro disse, ter-se-ia a impressão de que a CMF recairia apenas sobre esses *happy few* que concentram a riqueza nacional. Não é assim e o ministro sabe disso — o imposto ou contribuição vai recair sobre todos os trabalhadores que têm seu salário depositado em contas bancárias. Da perspectiva fiscalista, os argumentos de alguns dirigentes da Receita Federal e mesmo da esquerda são mais consistentes: a contribuição fará que os que têm “caixa 2” paguem alguma coisa do que sonegam. Ainda que o argumento do ministro fosse verdadeiro, a CMF não seria a melhor maneira de fazer esses *happy few* “ajudar os que precisam”. Do ponto de vista tributário, um inimigo

declarado dos 20% mais abastados encontraria modos e maneiras de, sem contrariar a racionalidade do sistema arrecadador, fazê-los dar sua contribuição. Na verdade, o que o ministro parece não querer entender — ou não quer deixar transparecer que sabe e entende — é que a CMF não encontra quem a defenda com ardor no Congresso, nem no Executivo. Quando se criou o IPMF, as razões apresentadas contra o novo imposto foram as mesmas

E se, depois de aprovada a CMF, a situação geral da saúde continuar sendo a mesma de hoje?

de agora contra a CMF, e, apesar disso e de os *happy few* deverem não ter gostado do imposto (usando-se o parâmetro Jatene), ele foi aprovado. Foi porque houve interesse do Executivo em que fosse. Hoje, o interesse (traduzido em empenho) é apenas do ministro da Saúde. É possível que S. Exa. acabe triunfando nesta batalha — e talvez tenha a decepção de ver, ao fim da luta, que os *happy few* continuam concentrando renda, os hospitais credenciados continuam aceitando sua situação dada como má e “os que precisam” continuarão precisando — porque falta não uma política de Saúde, mas uma política de rendas voltada para a valorização do homem brasileiro.